

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP. SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Bancadas lançam desafios para o ano legislativo

Líderes fazem projeções para trabalhos no Parlamento em 2008, prevendo ampla discussão em torno do projeto que cria o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina

Páginas 5, 6 e 7



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Na abertura do ano legislativo, presidente Julio Garcia deu boas-vindas aos parlamentares e governador Luiz Henrique da Silveira cumpriu dispositivo constitucional

Página 3

Sessão solene abre trabalhos com mensagem do governador



Comissões Técnicas mantêm composições

Na primeira reunião de líderes de 2008, realizada dia 12, foi definido que as 14 comissões técnicas permanentes da Casa não vão passar por alterações: presidentes, vice-presidentes e membros serão mantidos. Veja lista completa dos grupos de trabalho nessa edição.

No encontro, os deputados trataram também das lideranças.

A maioria dos partidos não mexeu no comando das bancadas.

Entre os que farão troca, o Partido Progressista apresentou, dia 12, o deputado Silvio Dreveck como novo comandante. O Partido dos Trabalhadores estuda alterar a liderança nos próximos dias, mas nada ainda foi definido.

Página 8

Novo líder do governo destaca importância de ouvir base e oposição

Página 4

OPINIÃO

Desafios e compromissos para 2008

Voltei para a tribuna. É como se estivesse voltando para casa. Afinal comecei como líder estudantil e por duas vezes fui honrado com a oportunidade de defender os interesses da comunidade da cidade em que nasci. Como vereador mais votado do PFL no Estado no ano de 2000 e, quando da reeleição, vereador mais votado da história de Santa Catarina com 8 mil votos pude dedicar-me por seis anos à minha querida Blumenau. Foi na tribuna da Câmara de Vereadores que pude compreender a importância da atuação de um legislador, especialmente quando ele está realmente comprometido com o bem estar de sua comunidade, com melhor qualidade de vida para sua gente.

Quando eleito para ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado, em minha primeira candidatura, fui honrado com o convite do Governador do Estado para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Aos 32 anos dizem

que os novos desafios existem para ser enfrentados e superados. A passagem pela SDS foi altamente positiva. Através de programas como o Prodec e a Lei de Inovação, pude viabilizar ações que culminam em mais e melhores empregos para os catarinenses, em todas as regiões do Estado. Essas ações já começaram a mostrar frutos, não é apenas discurso. Na reunião de novembro/2007 já concedemos R\$ 81,6 milhões para oito empresas ampliarem sua produção, gerando mais de dois mil empregos. E abrimos as portas para que muitos outros milhares sejam criados de agora em diante. Na área da tecnologia, iniciamos a implantação física e administrativa do Pólo de Softwares de Entretenimento de Florianópolis e do Parque Tecnológico de Blumenau – ambos representam oportunidades, principalmente para a juventude que ingressa no mercado de trabalho. São empregos que proporcionam melhores

salários e ascensão social.

Outra realização que considero da maior importância é a recuperação das barragens do Alto Vale do Itajaí. Elas estavam abandonadas e representavam perigo para aproximadamente um milhão de catarinenses que vivem nos municípios da região atingidos por enchentes. Com recursos do Fundo de Recursos Hídricos da SDS e convênios com o Governo Federal, não só conquistamos a recuperação das obras, como também a recuperação do sistema de telemetria (alerta contra enchentes), igualmente sucateado. Esses são apenas alguns exemplos da maneira que pude colaborar com a gente de Santa Catarina enquanto Secretário de Estado.

Na Assembleia Legislativa, outros desafios me aguardam. Já me sinto em casa e aqui vou continuar trabalhando por melhor qualidade de vida para todos os catarinenses.

Deputado Jean Kuhlmann (DEM)

Rememorar para inspirar novas gerações

Insatisfações e sonhos; paixão e descrença; inconformismo e mudança; avanço e retrocesso; coletivismo e individualidade; esperança e desespero; coragem e irresponsabilidade; limite, liberdade e violência. Jogadas assim as palavras tão contraditórias podem dar um tom anárquico àquele que foi um dos períodos mais dinâmicos da história.

A incompreensão do ambiente social e político que rondava o efervescente ano de 1968 não é mérito apenas daqueles que nasceram depois dessa geração. Protagonista da luta contra a ditadura militar, participei com outros estudantes de vários movimentos e ações, incluindo o Congresso da UNE realizado em Ibiúna, em outubro de 68, que resultou na prisão de quase 1000 estudantes. Depois como vereador e deputado, lutando pelas conquistas democráticas. Posso dizer

que mesmo os que viveram aquele apaixonado ano ainda têm dificuldade de interpretar a motivação de tantos acontecimentos nacionais e internacionais e ainda buscam entender o que se passou.

Zuenir Ventura, autor do best seller 1968: o ano que não terminou, é mais um dos que encaram a celebração do 40º aniversário da data como um momento oportuno para voltar a questionar, dessa vez com a frase que dá título ao seu novo livro: 1968. Terminou? Terminado ou não, o final da década de 60 foi palco de uma soma de movimentos políticos que produziram, sem conexão lógica, profundas mudanças comportamentais.

O que torna a sociedade de hoje tão diferente e distante daqueles apaixonados? Teríamos nós em 68 mais motivos para aspirar uma revolução? Hoje, sem amarras de um poder autoritário ninguém

reclama, ninguém contesta mesmo que ainda haja insatisfação e desejo de mudar. A geração de hoje tem razões fortes de revolta, para citar apenas algumas, a deficiência das instituições públicas, o descaso com a questão ambiental e a má distribuição de renda.

Vejo nessa data a possibilidade de estimular o país que sofre de amnésia crônica através do testemunho dos protagonistas desse momento histórico. Talvez, compreender o que sentiam, o que pensavam e o que sonhavam mexesse com o inconformismo que barra o povo brasileiro. Assim como na época, que a Assembleia Legislativa e as universidades voltem a ser lugares de calorosos debates. Dessa vez para inspirar uma nova geração.

Deputado Edison Andrino (PMDB)



Exposição coletiva abre o ano na galeria de artes do Legislativo

Artes plásticas na Assembleia Legislativa

A primeira exposição do ano na Galeria de Arte Meyer Filho, que acontece entre os dias 6 e 29 de fevereiro, apresenta obras dos artistas plásticos Estela Ramos e Antonio de Souza Gurgel, conhecido por "Pimenta".

Ao retratar as belezas naturais de sua cidade natal, Florianópolis, Estela explica que o regionalismo presente em seu trabalho, mais do que folclore, evoca sua condição de habitante da Ilha e admiradora de suas paisagens.

A artista mistura telas com texturas e variações entre cores vibrantes e tons pastéis para recriar em duas dimensões as imagens da capital, como casarios açorianos e pescadores.

Estela Ramos é autodidata e

foi uma das criadoras do Espaço Cultural Governador Celso Ramos, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), órgão onde hoje exerce função de administradora.

Já a exposição "Retalhos", de Antonio Gurgel, demonstra o aprimoramento de sua técnica de pintura com tinta acrílica e bico de pena, com a qual vem se destacando no Brasil e no exterior. Pimenta já fez exposições individuais na Galeria Las Vegas (Buenos Aires), no Atelier de Arte (Belo Horizonte), na Marsham Gallery (Londres) e participou de cerca de 70 exposições coletivas. Sua obra já foi premiada em inúmeras competições com medalhas de ouro e prata.

[AGENDA]

Dia 18, 19h – Sessão solene em alusão à Campanha da Fraternidade 2008, cujo tema é "Fraternidade e defesa da vida"
Local: Plenário

Mesa



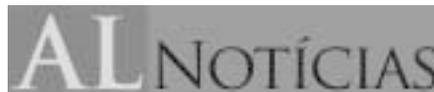
Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaíne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier e Diogo Evandro Ferreira.

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Na presença de autoridades, presidente da Assembléia, deputado Julio Garcia, deu boas-vindas aos parlamentares e destacou a harmonia e autonomia conquistadas no Parlamento

Sessão solene abre ano legislativo com leitura da mensagem do governador

Luiz Henrique destaca descentralização administrativa e parceria com Assembléia Legislativa

Rodrigo Viegas

O ano legislativo foi oficialmente aberto dia 6 com sessão solene, prevista na Constituição do Estado, para a leitura da mensagem anual do governador de Santa Catarina. Em seu pronunciamento, Luiz Henrique da Silveira (PMDB) destacou o novo modelo de administração, baseado na descentralização, e as realizações alcançadas em 2007. Também agradeceu a parceria da Assembléia Legislativa, "sempre independente, democrática e

soberana".

Além do governador, o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), fez um discurso de boas-vindas aos parlamentares, salientando a importância da harmonia conquistada no ano que passou e a intenção de manter, neste ano eleitoral, a mesma intensidade nos trabalhos e o respeito entre os pares. O presidente ainda destacou os fundamentais papéis do Legislativo: fiscalizar as ações administrativas do Executivo, discutir os assuntos de interesse da

sociedade e propor projetos que contribuam para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Pela quinta vez cumprindo o disposto da Constituição, Luiz Henrique focou no processo de descentralização e nos impactos desencadeados por esta gestão pública diferenciada. "Esse novo modelo de governo já se mostrou capaz de estabelecer o rumo histórico de nosso desenvolvimento, retomando o crescimento de regiões que estavam estagnadas", analisou.

Agilidade e eficácia

O governador comemorou a aproximação conquistada com o povo através da implantação de 36 secretarias de desenvolvimento regional. "Tornamos a administração mais presente, ágil, resolutiva, transparente, participativa e eficaz. Ao democratizar as ações e substituir as decisões autocráticas e imprecisas pelas decisões coletivas e acertadas dos Conselhos de Desenvolvimento, conseguimos recuperar o modelo de crescimento harmônico que tornou nossa economia equilibrada."

Alguns dados do recente recenseamento foram citados no discurso. Entre eles, o primeiro lugar nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), que são aferidos pelo grau de alfabetização, escolaridade e educação; segurança pública; inclusão econômica, social e digital, e saúde.

Além da descentralização, os avanços nos processos de governo eletrônico também foram destacados. "Esta é uma ferramenta moderna que nos está permitindo arrecadar mais e reduzir gastos de custeio".

Luiz Henrique destacou a implantação do sistema de webconferência, que permite telecontatos e teleconferências diárias com as equipes descentralizadas; o cartão eletrônico de abastecimento de combustíveis, que ajuda a monitorar o uso dos carros oficiais; e a nota eletrônica, que foi recém implantada para aumentar o controle, coibir a evasão tributária e garantir a eficiência na arrecadação e na distribuição da justiça fiscal.

Entre os projetos futuros, o governador falou que nos próximos dois anos será ampliada a abrangência eletrônica e serão virtuais todos os sistemas de transmissão de dados, voz e imagem, eliminando a burocracia nos procedimentos públicos. "O governo eletrônico vai nos permitir trabalhar com dados precisos, informações seguras e projeções factíveis, capazes de garantir uma gestão planejada, racional e eficaz", concluiu.

Prestigiaram a sessão todos os deputados estaduais, além de secretários de Estado, membros do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e outras autoridades.



Luiz Henrique definiu relação com Legislativo como uma parceria "independente, democrática e soberana"

INSTITUCIONAL

Entrevista/Deputado Herneus de Nadal

“É importante ouvir a base e a oposição”

Deputado sucede o desembargador João Henrique Blasi na liderança do governo

Rodrigo Viegas

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) assumiu em dezembro passado a liderança do governo na Assembléia Legislativa. A mudança aconteceu com a nomeação do ex-deputado João Henrique Blasi para o Tribunal de Justiça, onde hoje é desembargador. A missão não é novidade para o experiente parlamentar, que atua em seu quinto mandato, e já exerceu a função em outras duas oportunidades. A primeira no governo Paulo Afonso (PMDB), no período de 1995 a 1997, e a segunda no primeiro mandato do governo Luiz Henrique da Silveira (PMDB), entre 2003 e 2004. Nesta entrevista, o deputado Herneus avalia os desafios de ser líder em 2008, ano eleitoral e que deve receber atenção especial de todas as correntes partidárias.

AL Notícias – Quais os desafios que a liderança do governo deve encontrar em 2008?

Herneus de Nadal – A aprovação de projetos na Assembléia para que se possa oferecer ações e obras importantes para melhorar a qualidade de vida da população. É importante poder ouvir tanto a base de sustentação do governo como também a oposição. O desafio é exatamente viabilizar a aprovação destas matérias e com isso dotar o Poder Executivo de instrumentos necessários para desenvolver o trabalho que consiste no cumprimento do plano de governo aprovado pela sociedade.

AL Notícias – Como o senhor pretende agir para que o ano eleitoral não influencie negativamente a relação entre os partidos que dão sustentação ao governo?

Herneus – Tenho a convicção de que todos têm maturidade suficiente para que possamos defender os interesses partidários no pleito eleitoral, separando o certame das matérias que serão deliberadas no Parlamento. Poderemos assim conciliar a atuação política e o desempenho de nossas prerrogativas como representantes da sociedade.

AL Notícias – Como será o diálogo entre governo e oposição neste ano Legislativo que se inicia?

Herneus – Diálogo é fundamental. A oposição tem papel importante que é fiscalizar e fazer a crítica construtiva, permitindo que os projetos apresentados possam ser aperfeiçoados. Tanto oposição quanto situação mantêm sempre a integração com a sociedade. É imprescindível que se possa ouvir e considerar manifestações divergentes.

AL Notícias – Quais os projetos que devem receber maior atenção da liderança para aprovação?

Herneus – Já no início teremos o projeto do IPREV, que não retira nenhum benefício do servidor, mas procura garantir segurança e evitar o comprometimento financeiro do Estado como um todo por conta da remuneração dos servidores inativos. Outro projeto

importante é o do Código Ambiental Catarinense que vai regular procedimentos na área do meio ambiente, procurando conciliar a preservação ambiental com a atividade econômica, proporcionando um desenvolvimento sustentável.

AL Notícias – A sua atuação parlamentar sofre algum tipo de mudança ao concentrar esforços na liderança do governo?

Herneus – Exige uma dedicação mais efetiva no contato com os parlamentares e, por isso mesmo, retira uma parte considerável do tempo dedicado ao contato com a base eleitoral e com a própria população. A liderança de governo exige uma dedicação quase exclusiva, um esforço grande para buscar o entendimento. Ouvir a base

e a oposição, a sociedade, para que se possa fazer a ligação com a Assembléia Legislativa, que sempre mantém sua independência e autonomia, são tarefas importantes. Elas nos levarão à aprovação de instrumentos legais para que consigamos implantar políticas públicas, atendendo a população de nosso Estado nos mais diversos e variados campos de atuação do Poder Público.

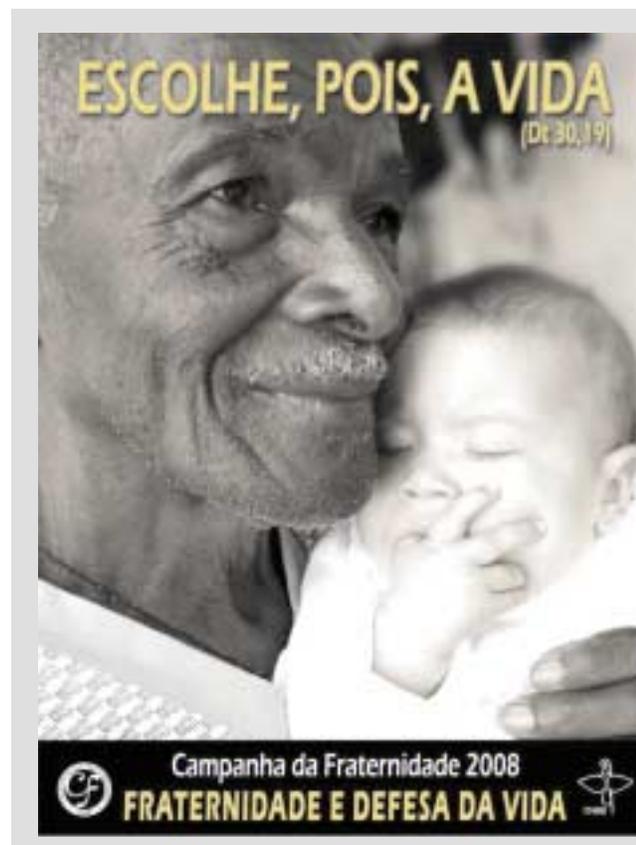
Eduardo Guedes de Oliveira



Homenagem à Amosc

O Parlamento vai homenagear a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) pelos seus 40 anos de história completados em fevereiro. Para tanto, a Assembléia Legislativa realiza nesta sexta-feira, 15, em Chapecó, a primeira sessão solene do ano. Requerida pelo deputado deputado Pedro Uczai (PT), está programada para 19h, no auditório do Bristol Lang Palace Hotel.

Com a homenagem, o Legislativo tem objetivo de destacar a atuação da Amosc na qualificação da administração pública e para o fortalecimento da municipalidade. Entre os muitos trabalhos desenvolvidos pela entidade, destaca-se a prestação de serviços aos 20 municípios associados, como consultoria e assessoramento técnico às administrações municipais, elaboração de projetos e a implantação de programas de desenvolvimento regional.



Sessão solene divulga temas da Campanha da Fraternidade

A Assembléia Legislativa realiza, na próxima segunda-feira, 18, às 19 horas, sessão solene alusiva à Campanha da Fraternidade de 2008. A proposta é do deputado Padre Pedro Baldissera, líder da bancada petista no Legislativo. O objetivo é divulgar as temáticas abordadas pela campanha, que neste ano trata da “Fraternidade e da Defesa da Vida”, com o lema “Escolhe, pois, a vida”.

O bispo Dom Murilo Krieger participa da sessão solene, junto de outros membros da igreja em

Santa Catarina. A campanha deste ano propõe um olhar integral sobre o ser humano. O objetivo é colocar em pauta a defesa de todos os seres vivos e a importância da preservação ambiental.

Para Padre Pedro, a discussão é fundamental neste princípio do século XXI. “É preciso rever os comportamentos que adotamos até hoje, de degradação do planeta, de uma postura egoísta diante da vida, de consumismo exagerado e de desrespeito com todos seres vivos”, afirmou.

INSTITUCIONAL

Comissões Permanentes não mudam

Bancadas mantêm composição de grupos técnicos inalterada e trata das lideranças

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), coordenou a reunião de líderes de bancadas na manhã do dia 12. Durante o encontro realizado no gabinete da Presidência, ficou definido que a composição das comissões técnicas permanentes não sofrerá qualquer alteração (confira quadro abaixo com os nomes do presidente, vice-presidente e membros de cada grupo de trabalho).

Outro assunto comentado na reunião foi quanto às lideranças das bancadas. Das siglas representadas na Casa, o Partido Progressista já anunciou mudança. O Partido dos Trabalhadores deve definir novo nome nos próximos dias.

Líderes confirmados

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: *Silvio Dreveck*

DEMOCRATAS

Líder: *Gelson Merísio*

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: *Narcizo Parisotto*

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

Líder: *Odete de Jesus*

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: *Professor Sérgio Grandó*

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: *Sargento Amauri Soares*

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal (PMDB)



Eduardo Guedes de Oliveira

Dos partidos com assento na Casa, PT deve anunciar novo líder nos próximos dias

A composição dos grupos de trabalho



CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente - *Romildo Titon*

Vice-presidente - *Marcos Vieira*

Demais membros - *Darci de Matos, Gelson Merísio, Pedro Uczai, Padre Pedro Baldissera, Narcizo Parisotto, Joares Ponticelli e Herneus de Nadal*

Reunião: *Terças-feiras*



TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente - *Reno Caramori*

Vice-presidente - *Décio Góes*

Demais membros - *Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Manoel Mota, Renato Hinnig e Jean Kuhlmann*

Reunião: *Terças-feiras*



LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente - *Jailson Lima da Silva*

Vice-presidente - *Odete de Jesus*

Demais membros - *Darci de Matos, Herneus de Nadal, Jandir Bellini, Jorginho Mello e Genésio Goulart*

Reunião: *Quartas-feiras*



AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente - *Moacir Sopelsa*

Vice-presidente - *Reno Caramori*

Demais membros - *Sargento Amauri Soares, Dirceu Dresch, Marcos Vieira, Gelson Merísio e Romildo Titon*

Reunião: *Quartas-feiras*



TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente - *Jean Kuhlmann*

Vice-presidente - *Joares Ponticelli*

Demais membros - *Elizeu Mattos, Dirceu Dresch, José Natal Pereira, Renato Hinnig e Professor Sérgio Grandó*

Reunião: *Terças-feiras*



FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente - *Jorginho Mello*

Vice-presidente - *Gelson Merísio*

Demais membros - *Décio Góes, José Natal Pereira, Jandir Bellini, Manoel Mota*

Renato Hinnig, Odete de Jesus e Silvio Dreveck

Reunião: *Quartas-feiras*



SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente - *Dirceu Dresch*

Vice-presidente - *Sargento Amauri Soares*

Demais membros - *Cesar Souza Júnior, Edson Piriquito, Edison Andriano, Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves*

Reunião: *Quartas-feiras*



ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Presidente - *Silvio Dreveck*

Vice-presidente - *Renato Hinnig*

Demais membros - *Ada De Luca, Elizeu Mattos, Marcos Vieira, Pedro Uczai e Professor Sérgio Grandó*

Reunião: *Quartas-feiras*



TURISMO E MEIO AMBIENTE

Presidente - *Décio Góes*

Vice-presidente - *Edson Piriquito*

Demais membros - *Edison Andriano, José Natal Pereira, Cesar Souza Júnior, Reno Caramori e Professor Sérgio Grandó*

Reunião: *Quartas-feiras*



SAÚDE

Presidente - *Genésio Goulart*

Vice-presidente - *Jailson Lima da Silva*

Demais membros - *Edson Piriquito, Gelson Merísio, Kennedy Nunes, Serafim Venzon e Odete de Jesus*

Reunião: *Terças-feiras*



DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Presidente - *Ada De Luca*

Vice-presidente - *Pedro Uczai*

Demais membros - *Genésio Goulart, Kennedy Nunes, Elizeu Mattos, Serafim Venzon e Odete de Jesus*

Reunião: *Quartas-feiras*



EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente - *Darci de Matos*

Vice-presidente - *Pedro Uczai*

Demais membros - *Ada De Luca, Manoel Mota, Jorginho Mello, Professor Sérgio Grandó e Silvio Dreveck*

Reunião: *Quartas-feiras*



RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Presidente - *Nilson Gonçalves*

Vice-presidente - *Narcizo Parisotto*

Demais membros - *Ada De Luca, Jandir Bellini, Elizeu Mattos, Moacir Sopelsa e Jailson Lima da Silva*

Reunião: *Terças-feiras*



COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Presidente - *Odete de Jesus*

Vice-presidente - *Kennedy Nunes*

Demais membros - *Jailson Lima da Silva, Moacir Sopelsa, Joares Ponticelli, Nilson Gonçalves, Jean Kuhlmann, Romildo Titon e Manoel Mota*

Reunião: *conforme necessidade*

INSTITUCIONAL



Parlamentares iniciam atividades com o propósito de limpar pauta de projetos em tramitação e aprofundar a discussão do projeto que cria o IPREV

Ano legislativo será de muito trabalho

Deputados têm pela frente missão de debater e aprimorar matérias em tramitação e projetos polêmicos como o IPREV; a partir de julho, haverá calendário especial

Graziela May Pereira e Verlaíne Silveira

O ano legislativo de 2008 promete ser agitado. No primeiro semestre, o Parlamento catarinense vai debater, analisar e aprimorar mais de uma centena de matérias em tramitação, além de focar no projeto que cria o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina. (IPREV). São 10 vetos, 12 projetos de lei complementar, três projetos de resolução e quase 150 projetos de lei em análise.

Das matérias, 108 estão correndo em regime de prioridade. Entre os mais polêmicos, estão o parcelamento do pagamento de multas, do deputado Kennedy Nunes (PP), e o que proíbe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18 kg/m², do deputado Manoel Mota (PMDB).

Conforme o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o ano de 2008 deve

ser de trabalho dobrado já que muitos parlamentares terão que conciliar a agenda municipal com as deliberações na Assembléia. "Estamos aqui para representar o cidadão e temos o compromisso e dever de tratar as matérias com seriedade. Também não podemos deixar de trabalhar por nossas bases eleitorais", disse.

Herneus afirmou que o ponto mais polêmico de 2008 deve ser o projeto da reforma da Previdência. "Acredito que o projeto vai gerar polêmica sim, mas não deve criar dificuldades já que vai possibilitar segurança e garantia para diversas categorias."

O segundo semestre será marcado pelas eleições municipais e a participação de alguns deputados como candidatos. Com isso, sem prejudicar os trabalhos legislativos, o Parlamento vai adotar um calendário especial a partir de julho para que os parlamentares possam atuar como candidatos ou participar ativamente do pleito.

Projetos em regime de prioridade

PL 44/07, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP)

Institui o parcelamento do pagamento de multas de trânsito no Estado.

PL 47/07, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB)

Proíbe a realização de eventos de moda com modelos com índice de massa corpórea (IMC) abaixo de 18 kg/m².

PL 382/07, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB)

Proíbe a utilização de Organismos Geneticamente Modificados na merenda escolar das escolas da rede pública do Estado.

PL 171/07, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT)

Institui piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações em Santa Catarina.

PL 38/07, de autoria do Executivo

Estabelece critérios para a gratuidade na travessia por "Ferry-Boat" e Balsa do Rio Itajaí-Açu.

As previsões dos líderes

"Nossa bancada manterá a cultura de ouvir comunidades, entidades, grupos, sindicatos e movimentos para construir uma caminhada conjunta. De forma geral, acredito que será um ano de muitos debates por conta das eleições e sobre o modelo de gestão do Estado, entre eles o meio ambiente, a gestão sustentável dos recursos, o desenvolvimento equitativo das regiões e uma gama de serviços públicos que efetivamente chegue à população, como os serviços de saúde. Entre as grandes questões que devem ser tratadas, está o projeto da Previdência do Estado.

Deputado Padre Pedro Baldissera, líder do PT

"Será um ano importante porque teremos eleições do poder local. Assuntos que envolvem a cidadania devem ser tratados, como educação, saúde e geração de emprego. Vamos fazer uma mobilização mundial pela proteção do meio ambiente. Inserem-se neste contexto a luta pela paz, a questão das epidemias, da saúde.

Será criado um órgão que vai envolver todos os municípios tornando o mundo melhor. É muito importante para nós essa conscientização, que tem a característica fundamental da cidadania.

Assim como o Poder Executivo hoje trabalha de forma descentralizada, ouvindo cada município, nós, deputados, temos que trabalhar ainda mais de forma descentralizada. Isso porque temos que trabalhar com a legislação, por exemplo, das bacias hidrográficas, sobre como fazer para proteger o meio ambiente, como respeitar as áreas de preservação permanente. Temos que fazer o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina, olhar pela educação nas áreas mais carentes. Entre as grandes questões, estão a saúde, política de saneamento, educação, infra-estrutura e geração de empregos.

Deputado Sérgio Grando, líder do PPS

"Vamos trabalhar de forma mais eficaz e mais intensa na defesa dos direitos dos servidores públicos em geral e dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de forma particular. Já passamos pela prova do primeiro ano de mandato. Ou seja, nesse segundo ano, estamos mais preparados para executar nosso trabalho na Assembléia. Os problemas gerais da sociedade devem fazer parte da preocupação de todo parlamentar.

A defesa global dos interesses da maioria da população não está em contraposição à defesa das demandas mais específicas, como a garantia dos direitos salariais dos servidores da segurança pública, ou seja, o cumprimento integral do que falta pagar da Lei Complementar 254, de 2003. Somos solidários e apoiamos todas as lutas justas dos demais trabalhadores, a defesa do fortalecimento do serviço público e o apoio aos pequenos agricultores.

Deputado Sargento Soares, líder do PDT



"Acho que 2008 será de muito trabalho e altamente positivo. O governo, que trabalhou com mão de ferro em 2007 para deixar o Estado equilibrado e estabilizado, tem no Parlamento a sustentação para garantir a continuidade disso. Algumas dificuldades vão ocorrer, principalmente porque muitos deputados são candidatos a prefeito. Mas acredito que vai ser um ano altamente positivo; temos um Parlamento forte, que tem dado respostas ao povo. Questões mais importantes vamos tratar com maior rapidez. Se o estado está equilibrado, teremos condições de fazer investimentos e é isso que a sociedade espera. Vamos continuar batalhando pela conclusão da BR-101."

Deputado Manoel Mota, líder do PMDB

"Quero direcionar minhas ações para saúde e educação, completando a inspeção iniciada junto a hospitais e estabelecimentos. A partir desse trabalho, será emitido um relatório que servirá de base para se possa cobrar dos órgãos competentes da saúde atitudes imediatas e mais eficazes para reduzir os problemas que hoje se registram em todo o Estado. Também a educação merecerá atenção redobrada dos deputados para a valorização do magistério, que necessita e merece salários dignos e competentes com a grande responsabilidade que carrega sobre seus ombros: educar e construir cidadãos.

Outra preocupação que deve ocorrer neste ano é relativa à situação das escolas, especialmente no que se refere às condições de trabalho dos professores. Tanto em sala de aula como nas edificações há problemas que podem ser solucionados. Como 2008 é um ano eleitoral, certamente implicará uma maior demanda de atribuições para o Legislativo."

Deputada Odete de Jesus, líder do PRB

"O ano de 2008 será de muito trabalho, considerando as atividades nas comissões, além dos projetos que irão tramitar na Assembléia Legislativa, legislando e fiscalizando as ações do governo estadual. Podemos citar alguns projetos e assuntos relevantes para os catarinenses, como o que cria o Instituto de Previdência dos funcionários públicos estaduais e o projeto que prevê recursos para a cooperativa de fruticultores do Planalto Norte.

Vamos solicitar ao governo do Estado informações a respeito do programa BID IV, do Banco Mundial, que prevê a pavimentação de 500 quilômetros de rodovias no Estado. O contrato não foi renovado, uma vez que terminou 2007 e nada foi informado a respeito de sua continuidade. Também queremos informações sobre o contrato do projeto Microbacias II, com recursos que contribuíram muito para o desenvolvimento do Estado, tanto em pavimentação quanto na geração de emprego e renda, principalmente na agricultura.

Quanto às eleições municipais, provavelmente vão influenciar no aumento de trabalho, uma vez que vamos conciliar os trabalhos na Assembléia com as eleições nos municípios catarinenses.

Deputado Silvío Dreveck, líder do PP



"Com toda certeza, 2008 será um ano de muito trabalho, principalmente nas bases. Muitas reivindicações provenientes dos municípios precisam de encaminhamentos antes do período eleitoral. Deverá ser também um ano de embates no Plenário, em torno das eleições municipais. Entre as principais, estão a reforma da Previdência Estadual e as eleições, que vão influenciar na agenda e no trabalho da Casa Legislativa. Por ser um ano eleitoral, 2008 é atípico e por isso o calendário e a postura são diferentes. Alguns deputados devem concorrer a prefeituras de suas regiões e a movimentação em torno da eleição de outubro será intensa."

Deputado Gelson Merísio, líder do DEM

"O ano de 2008 terá dois momentos. Numa primeira etapa, a discussão no Legislativo catarinense estará bastante focada na tramitação do projeto de criação do Instituto de Previdência. É um assunto que teremos que nos pautar para uma discussão profunda e transparente. Trata-se de um projeto que altera regras para as aposentadorias futuras dos servidores que vierem a ingressar na administração pública.

É uma matéria com a qual devemos ter a responsabilidade e a máxima preocupação para garantir os direitos já adquiridos dos atuais servidores, porém, com a visão do que podemos fazer para o futuro das finanças de Santa Catarina. Afinal não podemos correr o risco de comprometer praticamente todos os recursos do Estado com folha de pagamento.

Existem problemas latentes nas áreas de saúde, educação e segurança que precisam de investimentos maciços para que haja soluções. São problemas que vivemos no dia-a-dia, como a violência, a falta de qualificação profissional e de oportunidades e, ainda, atendimento precário e muitas vezes insuficiente daqueles que precisam dos serviços públicos de saúde.

Outro momento distinto que devemos passar está ligado às eleições municipais, que terão sim, influência, não nas questões de encaminhamentos de políticas públicas a serem votadas na Assembléia. Influenciarão no que diz respeito à participação dos parlamentares no processo eleitoral nos municípios. Devemos lembrar que todo o trabalho realizado por nós aqui no Legislativo catarinense tem repercussão direta na vida de cada catarinense em seu município. Com este envolvimento temos uma idéia real dos anseios dos cidadãos."

Deputado Narcizo Parisotto (PTB)

"O ano de 2008 terá dois grandes momentos: no primeiro semestre, deveremos ter o debate sobre a criação dos fundos previdenciários e sobre a conservação, recuperação, sinalização, fiscalização e sistema de segurança nas rodovias federais e estaduais de Santa Catarina. O segundo semestre também será atípico, pois teremos as eleições municipais. Não considero que elas irão influenciar nas decisões tomadas na Assembléia, mas acredito que aquecerão os debates."

Deputado Marcos Vieira, líder do PSDB



INSTITUCIONAL

IPREV promete esquentar o debate

Projeto de lei que cria Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina tem missão de desonerar Tesouro do Estado e assegurar aposentadoria a servidores dos três Poderes

O que pensam os partidos

“A matéria só foi remetida à Casa depois de um entendimento entre os Poderes e também com a participação dos servidores. Não onera e não causa prejuízo ao servidor. O projeto oferece, ao criar os Fundos, garantia futura aos servidores para receberem suas aposentadorias. O nosso estado é o único da federação que ainda não criou os fundos e se não fizer até junho fica impossibilitado de receber transferência voluntária da União (convênios) e não terá mais certificado de regularidade previdenciário.”

Herneus de Nadal (PMDB) – líder do Governo

“Os atuais servidores não sofrerão perda dos direitos adquiridos. Os direitos fundamentais permanecerão. É uma situação complexa, exige debate. Temos ainda a questão do fundo previdenciário a ser criado. E a administração deste fundo financeiro, com quem fica? Quais as garantias para os aposentados? Lembremos do episódio nebuloso do Banco Santos, contratado pela prefeitura de Florianópolis na gestão da ex-prefeita Angela Amin. O banco quebrou e R\$ 18 milhões que estavam no fundo de previdência dos trabalhadores da prefeitura da Capital sumiram. Então, acho que temos que debater, sem preconceitos, para fazer algo que seja bom para todos: governo, servidores e aposentados.”

Professor Sérgio Grandó – líder do PPS

“O projeto significa, na prática, a privatização da previdência estadual, na medida em que os recursos serão destinados ao sistema financeiro para poucos banqueiros ganharem dinheiro com a aposentadoria dos trabalhadores. Portanto, com qualquer crise econômica, a administração do fundo pode ficar sem recurso para pagar a aposentadoria. O projeto não é exclusivo do governo de LHS, faz parte de uma articulação global das agências internacionais para retirar os direitos dos trabalhadores e quebrar a seguridade social.”

Sargento Soares – líder do PDT

“É uma questão complexa, já que envolve uma parte importante da sanidade financeira do Estado e também a vida de cada funcionário público. O primeiro passo será ouvir o funcionalismo público. O debate deve necessariamente incluir a participação direta do funcionalismo. Essa é uma prática que vamos defender. A execução de qualquer política pública por parte do Estado necessita do trabalho do funcionalismo. O projeto demandará uma análise muito mais profunda antes de qualquer conclusão.”

Padre Pedro – líder do PT

“A proposta deverá ser debatida à exaustão, sendo necessário ouvir os servidores e a comunidade. A aprovação é importante para Santa Catarina, mas o mais importante é a sua discussão. Não interessa a ninguém um Estado quebrado, principalmente ao servidor.”

Gelson Merísio – líder do DEM

“Temos que estudar com mais profundidade para saber se o projeto é bom. Precisamos de audiências públicas com os servidores. Seremos favoráveis a ele, se tiver consistência e der sustentabilidade para os servidores e para o Estado. Precisamos conhecer o cálculo atuarial, previsão de quanto o Estado vai arrecadar em 50 anos, por exemplo. O que nos interessa é que o Estado nos dê garantias de que os servidores vão receber seus benefícios e o conhecimento de que, se não havendo essa garantia, o Estado será responsável pelo pagamento.”

Silvio Dreveck – líder do PP

“A proposta precisa ser discutida o mais democraticamente possível para que possamos confirmar se os direitos dos servidores ativos e inativos não serão feridos ou desrespeitados.”

Odete de Jesus – líder do PRB

“A proposta foi discutida com os demais Poderes e com os sindicatos dos servidores. Acho que é o projeto mais arrojado deste instante e vai trazer a certeza e a segurança de um futuro brilhante para o servidor, além de dar sustentação permanente, pois nenhum governador precisará se preocupar com isto futuramente. Foi uma ação conjunta entre o Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.”

Manoel Mota – líder do PMDB

“A criação do Instituto de Previdência de Santa Catarina é uma necessidade. Não somente para garantir as aposentadorias e não comprometer o futuro financeiro do Estado. Caso contrário, corremos o risco de daqui a 10 anos não haver recursos para garantir os demais serviços públicos.”

Narcizo Parisotto – líder do PTB

“A segunda etapa da reforma previdenciária, o projeto do Fundo Previdenciário será cuidadosamente analisado por todos os parlamentares no sentido de propor emendas, se necessário, para oferecermos o melhor para os catarinenses.”

Deputado Marcos Vieira – líder do PSDB



Eduardo Guedes de Oliveira

Parlamentares defendem, de maneira geral, que o projeto de lei seja debatido à exaustão com a sociedade

Denise Arruda Bortolon

O primeiro semestre dos trabalhos legislativos será marcado pela discussão e análise do projeto que cria o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). O Projeto de Lei Complementar nº 50/07, entregue pessoalmente pelo governador Luiz Henrique da Silveira, antes do início do recesso parlamentar, em 18 de dezembro de 2007, visa desonerar o Tesouro do Estado e assegurar o pagamento da aposentadoria aos servidores públicos dos três poderes de Santa Catarina. São 100 artigos com regras complexas que de-

vem atender a determinações legais no plano federal, além de constitucionais.

O instituto será o órgão gestor composto por dois fundos. O primeiro deles, denominado Fundo Financeiro, será destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público até a entrada em vigor da nova lei, caso seja aprovada, e aos que já recebiam anteriormente. Ele será integralmente bancado pelos cofres do Estado, como o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Ipsesc).

O outro será o Fundo Previdenciário para pagamento do

benefício dos novos servidores públicos, advindos após a entrada em vigor da nova lei. É uma alternativa para desonerar o Tesouro em 30 anos, ou seja, a longo prazo.

A contribuição feita por cada servidor será depositada em uma poupança que servirá para pagar a aposentadoria dos próprios contribuintes.

Cada servidor terá uma conta individualizada e terá acesso aos dados contidos nela. Além disso, o IPREV não vai estar vinculado ao Executivo e sim a todos os poderes e ao Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Santa Catarina.

Executivo garante que nada muda para atuais servidores

De acordo com o consultor jurídico da Secretaria de Estado da Administração, Alex Heleno Santore, nada mudará para os atuais servidores, mesmo com a atual proporção de um servidor inativo para cada 1.3 servidor ativo.

“Queremos alterar o sistema antes que Santa Catarina fique na situação do Rio Grande do Sul, que tem dois inativos para cada ativo. Com a desoneração dos cofres o Executivo poderá

investir em serviços públicos”, explicou.

Na situação atual, o governo paga R\$ 120 milhões de benefícios de aposentadoria, enquanto arrecada apenas R\$ 40 milhões mensais com as contribuições previdenciárias.

O projeto segue basicamente as diretrizes traçadas no âmbito federal pelo Ministério da Previdência Social e as normas gerais que já haviam sido estabelecidas

pelas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03, referentes à reforma previdenciária no país.

Santore explica que o Estado será solidário sempre que for necessário, podendo ser feito um ajuste caso os recursos sejam insuficientes. “A venda de bens do Estado não está descartada, caso haja necessidade de complementar os recursos destinado ao Fundo Previdenciário”, comentou.

PLENÁRIO

Petistas e tucanos debatem os saques de dinheiro com cartões corporativos

Bancadas trocam acusações em torno de denúncias que envolvem o governo federal

Os gastos com cartões corporativos foram o alvo das bancadas do PT e do PSDB nas primeiras sessões do ano. Os partidos trocaram acusações, esquentando o debate. O líder tucano na Casa, deputado Marcos Vieira, utilizou seu espaço na sessão do dia 13 para criticar a postura do Partido dos Trabalhadores que, segundo ele, "sempre que se vê envolvido em denúncias busca explicações no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (PSDB)".

As palavras do deputado estavam direcionadas à deputada Ana Paula Lima (PT). Na sessão do dia anterior, ela desferiu duras críticas à imprensa que, em sua opinião, aborda a questão dos gastos com cartões corporativos de uso da Presidência e dos ministros com mais ênfase do que aborda gastos semelhantes identificados no governo do Estado de São Paulo, do tucano José Serra.

Autorizados desde 1995, os cartões corporativos do governo federal foram instituídos em 2001, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Os cartões substituíram

as contas extras, pelas quais o servidor recebia dinheiro e depois comprovava os desembolsos, e deveriam ser usados para gastos emergenciais e essenciais. A intenção era que garantissem maior transparência e eficiência no controle de despesas. Desde o início da utilização do cartão, no entanto, tem se verificado excessos em seu uso.

Marcos Vieira fez um retrospecto da existência dos cartões desde sua criação, em 2001, até as atuais denúncias, que registram gastos que chegam a R\$ 176 milhões em 2007, sendo que R\$ 58 milhões sacados em dinheiro vivo. "Não sou contra os cartões corporativos, mas é preciso que haja um uso racional e uma fiscalização eficiente".

Recursos públicos

Ana Paula disse não estar acusando os veículos de comunicação de serem "comprados", mas quer informações sobre os recursos públicos que os mesmos veículos recebem. Em sua opinião, se esses veículos cobram



Deputados Marcos Vieira (PSDB) e Ana Paula Lima (PT) se revezam no debate em Plenário

a prestação de contas de governos e pessoas públicas, devem, também apresentar prestação de contas à sociedade. "Até mesmo porque utilizam dois pesos e duas medidas diante da mesma situação."

Ela também cobrou o fato de não terem sido explicados os

gastos de R\$ 108 milhões com cartões corporativos do governo paulista.

A mesma posição adotou o deputado Dirceu Dresch (PT), que trouxe a informação de que um funcionário da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo realizou mais de 10 saques

com valores superiores a R\$ 250 mil. "O PT é absolutamente contrário a qualquer desvio de dinheiro público, mas a oposição ao governo federal se apega a pequenas coisas na tentativa de desqualificar as positivas transformações implantadas por esta administração", analisou.

Abono de professores e uniformes são discutidos

A educação também acirrou o debate na sessão do dia 12. Os deputados trataram da concessão de um abono de R\$ 200,00 aos professores que estão em sala de aula e especialistas. A proposta do governo é pagar em duas etapas: em março os professores serão abonados em R\$ 100,00 e em agosto uma segunda parcela que integraliza o valor. O deputado Herneus de Nadal (PMDB), líder do governo, comemorou a conquista.

A oposição não recebeu a notícia com bom olhos. O deputado Joares Ponticelli (PP) disse que o abono concedido em 2006 não foi incorporado aos salários e criticou o fato de discriminar os aposentados que, segundo ele, "em seis anos tiveram aumento de 1%".

Ponticelli também chamou atenção para o pregão de nº 96/07, que licita uniformes escolares para a rede estadual. O

progressista apresentou dados indicando que os gastos subiram de R\$ 26 milhões, em 2006, para R\$ 43 milhões neste ano, agora, e acusou de "eleitoreira" a ação, "já que os uniformes só são distribuídos em anos de eleição, como 2006 e 2008". Outro motivo de críticas é que o material só será entregue em maio, sendo que as aulas iniciaram no último dia 11 e que a empresa vencedora da licitação está envolvida em problemas detectados na CPI dos Correios.

Líder do PMDB, o deputado Manoel Mota levou à tribuna o kit completo de uniformes e enalteceu sua qualidade. Afirmou que o pregão eletrônico é o que existe de mais moderno em termos de licitação e rejeitou qualquer irregularidade. Recebeu apoio dos deputados Darci de Matos (DEM), Elizeu Mattos (PMDB) e Nilson Gonçalves (PSDB).

Progressistas anunciam rodízio e apresentam novo líder

Ao longo de 2008 todos os deputados do Partido Progressista na Assembléia vão licenciar-se por períodos de 60 dias cada um. "A nossa intenção é dar oportunidade a todos os suplentes, e vamos sair sem remuneração. É um acordo que fizemos", salientou o deputado Joares Ponticelli, presidente do PP estadual, que abriu a entrevista coletiva dia 11 na sala de imprensa da Assembléia Legislativa. Também foi anunciada oficialmente a escolha do novo líder do PP no Legislativo, deputado Silvio Dreveck, que substitui Kennedy Nunes.

Os progressistas anunciaram que vão propor na Comissão de Constituição e Justiça a realização de 36 audiências públicas sobre o Instituto de Previdência e a respeito da descentralização administrativa, cujas regionais "têm sido um cabidago só para

receber diárias e fazer viagens", considera Dreveck.

Eles também falaram sobre as eleições municipais. Pelo menos dois terços dos deputados da bancada deverão ser candidatos a prefeito. Dois deles já confirmaram: Jandir Bellini, para a prefeitura de Itajaí, onde comandou a administração por duas vezes, eleito em 1996 e depois em 2000, e Kennedy Nunes, candidato a prefeito de Joinville.

Os demais não estão definidos, mas Ponticelli é pré-candidato à Prefeitura de Tubarão e Reno Caramori poderá ser o candidato em Caçador. Já foi definido que Bellini estará no Legislativo até o final de fevereiro; Ponticelli sairá no final de maio e Kennedy, no fim de junho. Depois, saem Comin, Caramori e Dreveck, que salientou que não será candidato nestas eleições.

Dreveck foi escolhido por

unanimidade para a liderança. "Vamos fazer um rodízio que demonstra a unidade de nossa bancada. Somos pequeninhos, mas unidos, caminhando numa só direção", enfatizou Ponticelli.

Atividades

Para 2008, Dreveck comentou que os deputados progressistas estão se preparando para muitas atividades. "Somos de oposição e atuamos também para fiscalizar e legislar em favor dos catarinenses. Um dos projetos que vamos priorizar é o da implantação do Instituto de Previdência dos Servidores. Vamos aperfeiçoar a proposta e também o das rodovias, brigando pelo sistema viário de qualidade e pelo projeto de microbacias, que vai fixar o agricultor em sua região", comentou Dreveck.

PLENÁRIO

Deputados defendem humanização de rodovias e criam Fórum Permanente

Parlamentares se revezam na tribuna em defesa de mecanismos para frear a violência nas estradas

Os altos índices de acidentes nas estradas catarinenses voltaram a dominar os debates na sessão ordinária do dia 12. Propostas de projeto de lei, criação de fórum e diversas avaliações pautaram os pronunciamentos dos parlamentares que, pelo menos num ponto, conseguiram chegar ao consenso: é hora de impor limites aos motoristas e diminuir o número de vidas ceifadas nas rodovias do estado.

O deputado Elizeu Mattos (PMDB) foi à tribuna para defender o Projeto de Lei nº 05/08, de sua autoria, já protocolado na Casa, que trata da humanização

das rodovias estaduais através de um maior controle na velocidade dos veículos que nelas transitam. O projeto propõe a contratação de medidores fixos de velocidade, as conhecidas lombadas eletrônicas. Segundo ele, "a partir de estudos serão determinadas as localizações dos equipamentos, sempre observando os trechos mais críticos em relação ao número de acidentes".

A proposta de Mattos recebeu apoio dos deputados Antônio Aguiar (PMDB), José Natal (PSDB), Sargento Amauri Soares (PDT), além da deputada Ada De Luca (PMDB). José Natal fez menção ao

consumo de bebidas alcoólicas, que está sempre relacionado aos problemas de excesso de velocidade e merece ampla fiscalização, já que a venda em rodovias está proibida por medida provisória do governo federal. O deputado Jean Kuhlmann (DEM) se declarou a favor da implantação de lombadas eletrônicas e não dos conhecidos pardais.

Os contras

Não demorou para que posição divergente fosse manifestada pelo líder do Democratas, Gelson Merísio, e pelo deputado Dagomar Carneiro (PDT). Citando números referentes a BR-282, que teve medidores fixos - conhecidos como "pardais" - substituídos por lombadas eletrônicas e alcançou redução de ocorrências em até 82%, Merísio se disse contrário a qualquer projeto que aumente a receita. "Projetos que aumentam receita não necessariamente evitam acidentes. Temos leis claras, mas não temos a cultura de cumpri-las. É preciso um trabalho de conscientização da população, principalmente nas escolas, diri-



Marcos Vieira: defesa do Fórum



Caramori: presidente da Comissão

gido aos jovens", sentenciou.

Fórum Permanente

O assunto teve um desdobramento na mesma sessão. Foi colocado em debate requerimento do líder tucano, Marcos Vieira, para criar o Fórum Permanente Para Conservação, Recuperação, Sinalização e Fiscalização das Rodovias Estaduais e Federais de Santa Catarina. A proposta, apesar de aprovada por unanimidade, gerou inúmeras manifestações. As mais contundentes vieram da bancada do PP, que defende que o lugar ideal para

este debate seja a Comissão de Transportes da Assembléia, presidida pelo progressista Reno Caramori.

A principal justificativa do deputado para a criação do fórum é o fato de Santa Catarina, apesar de ter somente 3,3% da população brasileira, ocupou em 2007 o segundo lugar no ranking de acidentes nas rodovias federais, posição que vem se mantendo neste início de 2008. De acordo com Vieira, o fórum deverá levantar informações sobre os investimentos federal e estadual nas rodovias que cortam o estado para o período 2008/2010.



Elizeu: em defesa de medidores



Merísio: contra proposta

Sadia anuncia nova unidade em Santa Catarina

A Sadia vai instalar uma unidade em Mafra, no Planalto Norte do estado. O empreendimento foi anunciado no encontro do dia 9 entre o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o prefeito de Mafra, João Alfredo Herbst (PMDB), e a diretoria da Sadia.

O deputado Antônio Aguiar (PMDB), representante da região no Parlamento catarinense, comemorou na tribuna a instalação da unidade. Para Aguiar, que acompanhou as negociações do prefeito Herbst com o secretário estadual de Infra-Estrutura, Mauro Mariani, junto com a direção da empresa, a nova unidade vai gerar empregos e economia.

Atuando há 50 anos, a Sadia apresenta excelente posição no segmento agroindustrial



Aguiar: empreendimento

e é considerada especialista na produção e distribuição de alimentos industrializados, congelados e resfriados.

Aguiar acredita que a iniciativa vai trazer benefícios para a sociedade catarinense. "Estima-se um investimento da ordem de R\$ 600 milhões com

a chegada de mais uma planta industrial da Sadia ao estado catarinense. A localização do município, próximo às BRs 116 e 280 e junto à ferrovia que liga ao porto de São Francisco do Sul, foi fator importante para a escolha da cidade", revelou o parlamentar.

Na oportunidade, Aguiar lembrou também que as obras para instalação do Frigorífico Aurora, no município de Canoinhas, confirmadas em dezembro de 2007, devem ter início nos próximos meses.

A Aurora tem o maior volume de abates em Santa Catarina e a diretoria do frigorífico optou por Canoinhas pela sua proximidade com o porto de Itajaí e mercado consumidor do Sudeste, além potencial de aumento na produtividade do milho.

Médico denuncia deficiências em hospitais

A Comissão de Saúde, na primeira reunião de trabalho, irá analisar e-mail encaminhado ao gabinete do deputado Jailson Lima (PT) denunciando a crítica situação de alguns hospitais de Santa Catarina, entre eles o hospital Florianópolis e o Regional. De acordo com o parlamentar, que trouxe o assunto a Plenário dia 12, o principal problema é a falta de profissionais, além da estrutura física inadequada.

Jailson afirmou que apresentará o problema na Comissão de Saúde, da qual é vice-presidente. Sua intenção é que sejam levantadas soluções possíveis para suprir as deficiências encontradas hoje. "O primeiro passo é realizar uma visita aos hospitais na presença de um representante do Ministério Público e do Conselho Regional de Medicina

(CRM)", frisou.

O deputado ressaltou que o e-mail, encaminhado nessa semana por um médico do Hospital Florianópolis e cujo nome não foi citado, destaca a falta de clínico geral para o plantão noturno. De acordo com o petista, o autor da mensagem admitiu ser inviável trabalhar com apenas um médico no plantão, uma vez que a procura por atendimento é alarmante e crescente.

Casos de emergência, que exigem atendimento imediato, acabam gerando polêmica e revolta entre os demais pacientes que, algumas vezes, já aguardam por horas. No e-mail, o médico contou que, ao chegar para um plantão noturno encontrou uma fila de espera com 45 casos. Entre estes, dois eram de extrema urgência e exigiram atendimento imediato.

PLENÁRIO

Rodovia em Penha vai ganhar nome de Beto Carrero

O primeiro projeto de lei de 2008, de autoria da Mesa da Assembleia Legislativa, foi protocolado dia 6 pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM). O PL 01/08 denomina "Beto Carrero" a rodovia que liga a BR-101 à Rua Inácio Francisco de Souza, no município de Penha, acesso ao parque multitemático Beto Carrero World.

A iniciativa tem apoio do deputado estadual licenciado e secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem (PSDB). Em 2004, Cherem apresentou projeto si-

milar, propondo a denominação de "Rodovia Beto Carrero". Na ocasião, apesar da intenção de referenciar o parque, o projeto não foi apreciado porque não é permitido denominar logradouros e rodovias com o nome de pessoas vivas.

O empresário João Batista Sérgio Murad, o Beto Carrero, morreu aos 70 anos, no último dia 31 de janeiro, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Ele foi vítima de choque cardiogênico após passar por uma cirurgia no coração. Murad nasceu na cidade de São José

do Rio Preto, interior de São Paulo, e iniciou sua carreira no rádio nos anos 60, tornando-se, mais tarde, promotor de rodeios.

Considerado um dos empresários mais bem-sucedidos do país, idealizou e inaugurou, em dezembro de 1991, o complexo de entretenimento Beto Carrero World, em Penha, litoral Norte de Santa Catarina. O local, inspirado nos parques temáticos da Disney, é considerado o maior empreendimento turístico da América Latina e o quinto maior parque temático do mundo.

Parlamento vota contra modificações em projeto da Baía da Babitonga

A votação de uma moção no dia 13 movimentou o Plenário e assegurou a unanimidade devotos dos 40 parlamentares. Os deputados Jean Kuhlmann (DEM) e Nilson Gonçalves (PSDB) apresentaram, cada um, moções de repúdio à criação de uma Unidade de Conservação – Reserva de Fauna da Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul. Ambos alegam que o projeto do Ibama, que visa transformar a baía numa reserva de fauna, poderá inviabilizar o crescimento econômico da região Norte do estado.

A moção, amplamente apoiada pelos pares, trouxe à tona também a implantação, em Santa Catarina, das Reservas Extrativistas (Resex) que têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura das populações cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo. Essas reservas objetivam também assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas.

Segundo os parlamentares, o



Gonçalves e Kuhlmann afirmam que projetos do Ibama estagnariam estado

Ibama quer impor seu projeto de criação das Reserva Biológica da Baía da Babitonga, Reserva Extrativista de Imbituba e Garopaba e ainda implementar os Campos de Altitude na Serra catarinense, que devem obedecer critérios semelhantes, o que acarretaria numa estagnação de muitos municípios de Santa Catarina.

Os deputados Darci de Matos (DEM), Cesar Souza Júnior (DEM),

Moacir Sopelsa (PMDB), Elizeu de Mattos (PMDB) e Joares Ponticelli (PP) foram enfáticos em suas críticas à instituição das Resex e sugeriram uma ampla audiência pública para estudar a questão que envolve diversas regiões do estado. A moção foi unificada e será encaminhada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT).

Deputados homenageiam Guga Kuerten

A despedida das quadras do tenista catarinense Gustavo Guga Kuerten foi comentada no dia 14 por vários parlamentares que enalteciam a importância do esportista no cenário mundial. O deputado Manoel Mota, líder do PMDB, disse que o Brasil viveu grandes momentos através de Santa Catarina e de Guga como campeão mundial de tênis, o que é um orgulho para todos.

O líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, recebeu o apoio

dos demais parlamentares para o requerimento de solidariedade a Guga. "Foi ele quem ajudou Santa Catarina a ser reconhecida no mapa-múndi. Em Florianópolis, fez com que crianças das classes menos abastadas participassem desse esporte, até então considerado de elite. E sua mãe, Alice Kuerten, que tem feito um trabalho social importante, vai trazer para o estado o Hospital Sara Kubistchek, que é referência internacional."

Até 1997, Guga era desco-

nhecido do público, e tornou-se notícia a partir do dia 8 de junho daquele ano, quando foi o primeiro brasileiro na história a ser campeão em um Grand Slam, em Roland Garros (França). Guga conquistou por mais duas vezes o Grand Slam francês, levando o título de "rei do saibro", e foi o primeiro brasileiro a ocupar a liderança dos rankings mundiais da ATP. Venceu a Masters Cup-2000, quando terminou o ano como o "Número Um do Mundo".

[GABINETES]

SANCIONADOS

A partir de agora, hospitais, unidades médicas de atendimento emergencial e laboratórios privados de Santa Catarina terão que colocar à disposição dos pacientes equipamentos adaptados ao atendimento de obesos mórbidos graves. Isto acontece porque o governador Luiz Henrique da Silveira sancionou, em 15 de janeiro, lei de autoria do deputado Darci de Matos (DEM) que beneficia os doentes com Índice de Massa Corporal (IMC) igual ou acima de 40 quilos por metro quadrado.

Também de autoria do parlamentar, foi sancionada alteração da Lei 13.557, de 2005, que estabelece novas normas para o gerenciamento e destinação de lixo tecnológico. Os fabricantes, as importadoras ou empresas que comercializem produtos eletroeletrônicos ficam responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada desses produtos, bem como seus componentes, considerados lixos eletrônicos. (Domingos Miranda, assessor do deputado Darci de Matos)

RECICLAGEM DE ÓLEOS

Foi sancionado também pelo governo a Lei 14.330, cujo projeto de lei, de autoria do deputado Renato Hinnig (PMDB), cria o Programa Estadual de Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal, Animal e Uso Culinário, mediante a adoção de medidas de proibição de lançamento ou liberação de poluentes nas águas, ar ou solo.

Para enfrentar o problema decorrente da crescente produção desses resíduos, o governo estadual deve promover intensa e constante atividade para a coleta e tratamento do lixo produzido pelas famílias, empresas e entidades de Santa Catarina, bem como, em parceria com os governos municipais, estimular a separação dos resíduos de diversas origens com a coleta seletiva do lixo. O objetivo deste projeto é programar a coleta e o tratamento de resíduos, estando em consonância com as aspirações da sociedade atual, melhorando as condições ambientais visando a qualidade de vida da população em geral. (Danilo Coutinho, assessor do deputado Renato Hinnig)

TAPA BURACO

O projeto "Tapa Buraco", de autoria do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), agora é lei. As empresas concessionárias de serviços públicos terão 48 horas após o término das obras para eliminar os buracos efetuados em calçadas, ruas e avenidas. A medida vale para os serviços prestados em todos os municípios de Santa Catarina. O descumprimento da vigente legislação implica à empresa uma multa de mil reais por dia, a partir do ato da infração. O Poder Executivo fica autorizado a estabelecer convênios com as prefeituras municipais para operacionalizar a fiscalização das medidas que serão adotadas pelas empresas de serviços públicos para a recuperação de vias e calçadas. Os valores arrecadados com as multas diárias decorrentes do descumprimento da lei serão revertidos para um fundo de apoio às creches comunitárias em conta vinculada e destinada exclusivamente para a educação infantil. (Vandrei Bion, assessor do gabinete do deputado Cesar Souza Júnior)

VACINA CONTRA HEPATITES

A comunidade catarinense pode, a partir de agora, acessar o programa de vacinação contra as hepatites dos tipos A e B. A lei que autoriza a instalação do programa é de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB) e foi sancionada. "A hepatite A é transmitida de pessoa para pessoa, quando os alimentos ou a água estão contaminados por dejetos, e a B, forma mais perigosa da doença, é transmitida também através de contato com o sangue e fluidos do corpo de uma pessoa infectada, da mesma forma que o HIV", explica a deputada. O programa, conforme prevê a lei, oferecerá vacinação gratuita à população e obedecerá aos critérios definidos na regulamentação a ser publicada pela Secretaria de Estado da Saúde que contará com dotação orçamentária para sua execução. (Marly de Paulla, assessora do gabinete da deputada Odete de Jesus)

Os guardiões das dunas

Divulgação do Projeto ACARI

Comunidade Angra dos Reis, nos Ingleses, tem trabalho de vanguarda na defesa do meio ambiente

Sandra Annuseck

A comunidade fez a hora e não esperou acontecer. A música de Geraldo Vandré é a trilha sonora perfeita para definir em poucas palavras a luta da Associação Comunitária dos Moradores de Angra dos Reis (Acari), no balneário de Ingleses, Florianópolis. Com a ameaça de que suas casas fossem literalmente “engolidas” pelas dunas, eles conseguiram não só conter o avanço como também desenvolver um amplo trabalho de educação ambiental com repercussão nacional.

O que era para ser o despecho de mais uma dessas histórias tristes, em que famílias se vêem obrigadas a abandonar o próprio lar, virou enredo de conquistas, que não se esgotam na própria comunidade. Inicialmente eram 36 famílias

vivendo em torno de um mesmo drama: suas casas estavam ameaçadas de desaparecer assim como o tradicional campo de futebol do Vera Cruz.

Sem ter em quem se socorrer, já que muitos haviam depositado os parques recursos na moradia, como o caso da dona de casa, Flávia Solange Acorde, viúva e mãe de dois filhos, a saída foi colocar as mãos literalmente na massa, ou melhor, na areia. “O resultado é que a favela deixou de ser favela. Unimos forças e hoje somos apenas 26 famílias, ou seja, não deixamos a coisa crescer”, conta Flávia, que mora desde 1995 na rua Angra dos Reis, e viu da janela o campo de futebol desaparecer dando lugar às dunas.

“Na época, procuramos a Prefeitura, mas disseram que nada poderiam fazer por se tratar de Área de Preservação Permanente”, lem-

bra Flávia, hoje líder comunitária e presidente da Acari. Sem saída e na iminência de serem engolidos pelas dunas, os moradores arregaçaram as mangas a partir de 2000. Em esquema de mutirão, retiraram duas toneladas de lixo e no mesmo dia plantaram 500 mudas de árvores. Encheram cerca de 10 mil garrafas pet com areia, transformando-as em muro de contenção. Com elas não foram suficientes, pneus velhos também ganharam o mesmo destino. “Tiramos o lixo e plantamos árvores”, lembra Flávia.

O trabalho ganhou simpatia da Universidade Federal de Santa Catarina. Alunos de Arquitetura se uniram à empreitada. Atrás das garrafas e dos pneus, árvores nativas foram plantadas para conter o avanço das dunas. Hoje, são cerca de cinco mil, entre jasmim do mato, cedro rosa e aroeira, entre outras.

Eduardo Guedes de Oliveira

Trabalho não se esgota na comunidade

A passagem das dunas pela rua Angra dos Reis deixou marcas. As placas fixadas em torno do local onde um dia existiu um campo de futebol evidenciam não só a luta, mas sobretudo a vitória da consciência ambiental. “Move-se com o vento e se fixa com vegetação nativa. Preserve”, ensina uma delas fixada ao lado de uma placa oficial: “Projeto Ambiental Contenção de Dunas. Parceiros UFSC, Cidasc, Floram, Polícia Ambiental, Colégio Gentil Mathias e Acif. Junte-se a nós”.

O convite de participação ecoou longe. Tanto é verdade que a comunidade Angra dos Reis virou destino de atividade extra-classe de escolas da região. No Dia do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho, alunos, no ano passado, plantaram cerca de 700 mudas. Oficialmente, oito escolas participam do projeto de reciclagem e visitam com frequência a comunidade. “Damos palestras também nas escolas sobre meio ambiente. Eu que sempre fui uma simples dona de casa que

só sabia pilotar o fogão, aprendi a combater o caos ambiental. Somos chamadas de guardiões das dunas”, comemora Flávia.

O sucesso do projeto, de certa maneira, se deve à ação combativa dos próprios moradores, reconhece a líder. “Nunca deixamos invadir as dunas. Aconteceram algumas tentativas de pessoas que diziam que o local era de ninguém. Mas nos derrubamos os barracos”, conta animada Flávia, acrescentando: “Na terceira vez, desistiram”.

Flávia ao lado do catavento; crianças em atividade nas dunas



Divulgação do Projeto ACARI



Alunos de escolas vizinhas plantam mudas de árvores nativas

Sonhos viram realidade

A luta da comunidade de Angra dos Reis não parou. Mesmo com o avanço das dunas contido há cerca de quatro anos, eles trabalham em outras frentes para que a semente da conscientização ambiental continue a render bons frutos. Com aval da Prefeitura, instalaram um catavento para irrigar as árvores nativas.

“Como saia muito caro usar água da Casan, tive a idéia de instalar um catavento, que através da energia eólica, a energia do vento, leva água para as caixas e molha as mudas nativas”, explica Flávia. Em outras palavras, o mesmo vento que ameaçava a vida dos moradores deu vida às árvores imprescindíveis na preservação das casas.

Também com autorização do Poder Público, já que a área é de preservação permanente, eles estão implantando um horto florestal. A idéia, explica Flávia, é permitir que os alunos que visitem a comunidade não

limitem o entendimento de educação ambiental a panfletos. “Panfleto pega e joga fora, o que polui o meio ambiente. Ao colocar as mãos na terra e semear, elas terão contato direto e poderão dizer a Mariana plantou um jambolão”, ilustra a líder comunitária.

Outro projeto em ação é a composteira, que garante destino adequado ao lixo orgânico. A reciclagem também já é realidade, só que a separação do vidro, metal e papel está apenas no papel. A comunidade espera a doação de tambores para completar o trabalho.

“Tudo o que fazemos aqui precisa de autorização. Como dizem, não se pode mais construir nem um galinheiro”, observa Flávia, que agora trabalha para viabilizar o projeto “Portal das Dunas”, que fará da Angra dos Reis um dos acessos ao Parque Ambiental das Dunas, em fase de discussão na Câmara de Vereadores.